



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de Julho de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da acta n.º 2/XII/1.ª SL;**
- 2. Projecto de regulamento da Comissão;**
- 3. Projectos de resolução n.º 5/XII/1 (PCP) - Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;**
- 4. Petições;**
- 5. Outros assuntos.**

1. Aprovação da acta n.º 2/XII/1.ª SL;

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, declarou aberta a reunião e colocou à votação a acta n.º 2/XII/1.ª SL, referente à reunião havida no dia 12 de Julho, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do BE.

2. Projecto de regulamento da Comissão;

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por recordar a questão das competências da Comissão em matéria de Assuntos do Mar. Deu conta de ter colocado a questão na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares e de ter falado com o Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Mar, particularmente sobre a Política Marítima Europeia, tendo ficado salvaguardadas as competências da Comissão de Defesa nesta matéria.

Referiu também que, tal como tinha ficado combinado na última reunião, fez distribuir um projecto de regulamento com algumas propostas de alteração da redacção, convidando os Senhores Deputados a pronunciarem-se sobre as mesmas.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

Nesta matéria usaram da palavra os Senhores Deputados Correia de Jesus (PSD), Miranda Calha (PS), João Rebelo (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Mariana Aiveca (BE), que concordaram com todas as alterações propostas, à excepção da relativa ao n.º 2 do artigo 1.º na parte em que ressalvava as competências da Comissão de Agricultura e Mar em matéria de Assuntos do Mar, que consideraram desnecessária.

O Senhor Presidente agradeceu os contributos e concordou com a eliminação daquele inciso.

Submetido à votação, o Projecto de Regulamento foi aprovado por unanimidade.

3. Projectos de resolução n.º 5/XII/1 (PCP) - Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Senhor Presidente começou por esclarecer que agendou estes projectos de resolução para que a Comissão pudesse definir a metodologia a adoptar na sua apreciação, designadamente para que os proponentes indiquem se pretendiam que a discussão fosse realizada em sede de Comissão ou no Plenário, nos termos do artigo 128.º do Regimento.

Em nome dos respectivos grupos parlamentares usaram da palavra os Senhores Deputados Honório Novo (PCP) e Mariana Aiveca (BE), que afirmaram estar em condições de proceder desde logo à discussão dos projectos de resolução em sede de Comissão, sendo de todo o interesse que tal pudesse ser feito de imediato, por razões de urgência política. Os restantes grupos parlamentares nada tiveram a opor. O Senhor Presidente recordou então que as reuniões são, em regra públicas, e perguntou aos Senhores Deputados se tinham alguma proposta em sentido inverso.

Não havendo pedidos de palavra naquela matéria, o Senhor Presidente deu início à discussão conjunta dos Projectos de Resolução n.º 5/XII/1 (PCP) - *Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação das*



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, começando por dar a palavra aos respectivos proponentes.

Em nome do Grupo Parlamentar do PCP, usou da palavra o Senhor Deputado Honório Novo, que apresentou o respectivo projecto de resolução, fazendo uma síntese do mesmo e das razões que o motivaram e chamando a atenção para a importância económica, social e estratégica dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) para a região e para o País. Referiu também estar em causa a suspensão e revisão de um plano de viabilização que se traduziu apenas no anúncio do despedimento de mais de metade dos trabalhadores da empresa e que se baseou em duas decisões questionáveis do ponto de vista ético e jurídico, porque tomadas por um governo em gestão e uma até já depois das eleições legislativas de 5 de Junho.

Frisou também ser entendimento do PCP que os ENVC podem ser reestruturados, são viáveis e têm uma carteira de encomendas no valor de cerca de 500 milhões de euros (entre compromissos com o Estado português, Marinha, e contratualizações com entidades externas) que lhes garante produção até ao início de 2015. Concluiu assim ser necessário definir um verdadeiro plano de viabilização da empresa com a máxima urgência.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou o projecto de resolução da autoria do seu grupo parlamentar, começando por fazer uma síntese do mesmo e dos seus objectivos. Lembrou também a disponibilidade anunciada pelo actual Governo no sentido de reanalisar a situação, o que considerou ser da maior urgência. Fez ainda algumas considerações sobre a importância da empresa para o País e sobre anteriores processos de reestruturação que apenas serviram para reduzir o número de trabalhadores, como entendeu parecer acontecer com o actual plano. Frisou a importância de se reanalisar a situação, devendo os representantes dos trabalhadores ser envolvidos no processo.

De seguida usaram da palavra, em nome dos respectivos grupos parlamentares, os Senhores Deputados Abel Baptista (CDS-PP), Helder Sousa e Silva e Carlos Abreu Amorim (PSD) e Jorge Fão (PS).



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP) começou por saudar o Senhor Presidente e os restantes membros da Comissão, desejando a todos bom trabalho na Legislatura que ora se iniciou.

Sobre os projectos de resolução, saudou os dois proponentes por abordarem uma causa que o CDS-PP defende há longos anos e que urge resolver. Disse também que o seu grupo parlamentar não conhecia o plano de reestruturação, para além do que se refere aos despedimentos. Considerou uma total deslealdade que o conselho de administração tenha posto em marcha o plano sem primeiro consultar o novo titular da pasta. Lembrou que o plano datava de Fevereiro e só foi objecto de despacho em Junho. Também não considerou correcto que a tutela – o Ministério da Defesa Nacional – não tenha tido conhecimento total do plano, ao contrário do que aconteceu com o Ministério das Finanças. Em todo o caso, chamou a atenção para o desfasamento dos projectos de resolução face à realidade actual, uma vez que o Governo anunciou entretanto a suspensão do plano até pelo menos à próxima Assembleia Geral dos ENVC, que terá lugar em Setembro, e a sua reanálise neste período.

Referiu ainda ter nesse mesmo dia havido uma reunião com o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a questão (na vertente da diplomacia económica e sobre o problema de concretização de um contrato que os ENVC têm com uma empresa estrangeira). Finalmente, considerou que os ENVC estão sobredimensionados, do ponto de vista dos recursos humanos, face às encomendas que têm todo nos últimos anos

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) cumprimentou todos os membros da Comissão nesta sua primeira intervenção e começou por frisar que a matéria objecto dos projectos de resolução merece toda a atenção do seu partido. Concordou com o mau *timing* dos despachos que aprovaram o plano, com a importância dos ENVC para o País e o impacto pelo número de trabalhadores em causa. Frisou também que o Governo já tinha anunciado a suspensão do plano e a necessidade de reanalisar a situação, o que passará por ouvir todas as partes interessadas. Em face disso, concluiu que o seu grupo parlamentar considera não fazer sentido dar seguimento aos projectos de resolução.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Carlos Alberto Amorim (PSD), complementando a intervenção anterior, frisou que já estão em curso a suspensão e a reanálise do plano reclamadas nos projectos de resolução, pelo que há inutilidade superveniente dos mesmos.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Fão (PS) que começou agradecer à Comissão a possibilidade de participar na discussão. Depois sublinhou a importância histórica, económica e social dos ENVC para a região do Alto Minho e para o País, o que faz com que a situação deva ser objecto de análise cuidada e de debate político aprofundado, não devendo servir para a agenda política.

Deu de seguida conta de diligências levadas a cabo pelo Governo nos últimos quatro/cinco anos no sentido de tentar resolver os problemas dos ENVC e das dificuldades encontradas, acabando por culminar na situação actual, com elevados passivos acumulados, problemas com a carteira de encomendas, etc. Considerou ser necessária uma reestruturação profunda da cultura, organização, custos de funcionamento, etc., dos ENVC, o que conduziu à preparação de um plano de reestruturação. Admitiu que a informação conhecida sobre o plano não é muito clara, designadamente quanto ao seu impacto na região, e que o plano poderá ser melhorado.

Referiu finalmente que é essencial viabilizar a empresa e que o seu grupo parlamentar não pode concordar com a manutenção da situação actual. Frisou que é necessário agir nesse sentido e que o plano deve ser conhecido ao pormenor e eventualmente melhorado.

Usou de novo da palavra o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), que fez mais algumas considerações sobre a situação dos ENVC, designadamente referentes à carteira de encomendas e à decisão de implementar o plano, e que considerou que o projecto de resolução não é extemporâneo nem inútil. Recordou que o projecto de resolução foi apresentado na Assembleia da República a 22 de Junho e que a decisão do Governo de suspender o plano é posterior; por outro lado, a Assembleia e o Governo são órgãos distintos, nada impedindo que ambos tomem posição sobre o mesmo assunto. Mostrou-se, contudo, disponível para alterar o texto do projecto de resolução atendendo à suspensão do plano entretanto anunciada. Por outro lado,

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

considerou haver aspectos do projecto de resolução que não estão contemplados no comunicado do Governo que anunciou a suspensão e partes que estão efectivamente a ser já implementadas. Concluiu dizendo que uma posição política do Parlamento viria agora na altura própria, reforçando a decisão do Governo.

Usou também de novo da palavra a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que lembrou que o que está em discussão é uma recomendação política da Assembleia, que tem o poder de aconselhar que se reanalise a situação, e tal não fica posto em causa com a decisão de suspensão entretanto anunciada. Lembrou ainda a este propósito a situação da Lisnave e concluiu manifestando a disponibilidade do BE para ajustar o texto do seu projecto de resolução.

Após novas intervenções dos Senhores Deputados Abel Baptista (CDS-PP), Carlos Abreu Amorim (PSD), Jorge Fão (PS) e Honório Novo (PCP) e do Senhor Presidente, ficou consensualizado continuar a discussão na próxima reunião da Comissão para eventual produção de um texto de substituição dos projectos de resolução.

4. Petições;

O Senhor Presidente deu conta de haver duas petições que transitaram da anterior Legislatura e foram redistribuídas, por despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República, à Comissão de Defesa.

Informou que a petição n.º 130/XI/2.^a - *Solicita a aprovação de legislação que permita a graduação no posto de coronel dos tenentes-coronéis reformados do quadro especial de oficiais* tinha sido distribuída na XI Legislatura ao Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD), que tinha apresentado um relatório intercalar para solicitação de informação ao Ministro da Defesa Nacional, o qual entretanto deu resposta. Referiu que, de acordo com a grelha de distribuição em função do método de Hondt, a petição caberia novamente ao Grupo Parlamentar do PSD. Disse ter informação de que a Comissão de Defesa tinha por hábito seguir a regra do voluntariado na distribuição das petições e o método de Hondt nos restantes casos, mas considerou não ver razão para esta distinção.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente aproveitou ainda para referir que não considera necessária a aprovação de relatórios intercalares, podendo os pedidos de informação que o relator entende fazer ser solicitados ao Presidente da Comissão, que procederá em conformidade.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) considerou que a regra do voluntariado na distribuição de petições tinha resultado bem nas anteriores Legislaturas, pelo que defendeu ser de continuar e mostrou-se desde logo disponível para ser nomeado. No entanto, relativamente à petição em apreço, também recordou ser hábito redistribuí-la ao relator da anterior Legislatura, sempre que tenha sido novamente eleito Deputado e seja membro da Comissão.

Foi então nomeado relator da petição n.º 130/XI/2.ª o Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD).

Quanto à outra petição (n.º 162/XI/2.ªSL - *Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima*), o Senhor Presidente informou estar ainda pendente de deliberação sobre a sua admissão, pelo que seria distribuída uma nota preparada pelos Serviços de Apoio à Comissão enquadrando a questão para apreciação na próxima reunião.

5. Outros assuntos.

Passando ao último ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado João Soares (PS), que começou por cumprimentar o Senhor Presidente pela eficaz condução dos trabalhos e fez depois algumas considerações sobre a utilidade de algumas discussões, como a havida na presente reunião sobre a questão dos ENVC, terem lugar à porta fechada. Entendeu que uma menor relevância mediática do debate permitiria aprofundar mais as questões.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) disse que tencionava solicitar ao Senhor Presidente que esta questão pudesse ser discutida em próxima reunião da Comissão, pois considerou que em certos casos não faz sentido que as reuniões sejam públicas.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente referiu que o Regulamento da Comissão, nesse mesmo dia aprovado por unanimidade, é claro quanto à regra da publicidade das reuniões, no seu artigo 24.º, o qual decorre do previsto no artigo 111.º do Regimento. O Regimento prevê claramente que só excepcionalmente, quando sejam tratadas matérias de carácter reservado, as reuniões podem decorrer à porta fechada.

Disse não ver, contudo, em que medida a discussão dos projectos de resolução em causa deveria decorrer à porta fechada e recordou que antes do início da discussão colocou a questão à consideração da Comissão, a quem cabe deliberar sobre o assunto. Em todo o caso, referiu que a questão poderá ser de novo apreciada em próxima reunião da Comissão.

A reunião foi gravada, ficando disponível em suporte áudio.

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 Julho 2011.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
Hugo Lopes Soares
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Mónica Ferro
Odete João
Pedro do Ó Ramos
Rosa Maria Albernaz
Carlos Abreu Amorim
Carlos Alberto Gonçalves
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Honório Novo
Jorge Fão
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Lello